Senado Federal Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas Recebido em 4 / 9 /20 04 , às 11:40

mascara

MPV - 440



CONGRESSO NACIONAL

00583

## **PROPOSIÇÃO** CLASSIFICAÇÃO () SUPRESSIVA ( ) SUBSTITUTIVA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 440, DE ( ) AGLUTINATIVA (x) MODIFICATIVA 29 DE AGOSTO DE 2008 CAPLOS ALEWIA PARTIDO: PÁGINA: autor:dep. José UF: ALÍNEA **PÁGINA** ARTIGO **PARÁGRAFO** INCISO

## TEXTO

Inclua-se, onde couber, na MPV nº 440, de 29 de agosto de 2008, o seguinte artigo:

Art. XX É concedida anistia aos servidores públicos federais que, entre 1º de janeiro de 2007 e 30 de agosto de 2008, participaram de movimentos grevistas.

- § 1º A anistia referida no caput isenta os servidores de qualquer penalidade de natureza administrativa ou judicial decorrentes da participação em movimentos grevistas.
- § 2º A Administração Pública Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação desta Lei, providenciará a devolução de eventuais valores que tenham sido descontados dos servidores em razão da participação em movimentos grevistas.

## JUSTIFICAÇÃO:

A Constituição Federal de 1988 garante, por meio do inciso VII, de seu art. 37, o direito de greve aos servidores públicos, no entanto, tal dispositivo carece de lei específica que defina os limites do exercício desse direito.

Em julgado recente, o Supremo Tribunal Federal, em razão da ausência de lei disciplinando o exercício do direito de greve dos servidores, determinou a aplicação subsidiária da Lei 7.783, de 1989 ao caso em tela.

Apesar de a Suprema Corte ter garantido o exercício do direito de greve pelos servidores da administração pública, o Governo Federal efetuou o corte do ponto de diversos servidores que participaram de movimentos paredistas. Tal atitude tem trazido diversos prejuízos administrativos, inclusive financeiros, aos servidores públicos e ocasionado grande insatisfação no âmbito da Administração Pública Federal.

A presente Emenda visa restaurar a tranquilidade entre os servidores público federais e garantir o pleno exercício do legítimo direito à greve.

Brasília, de setembro de 2008

Assinatura

